

# **ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO INTERNA E DAS ESTRUTURAS DE GESTÃO DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ DO MUNICÍPIO DE ITABUNA (BAHIA)**

Igor André da Silva

Aniram Lins Cavalcante

## **RESUMO**

Este estudo analisou a organização e a estrutura dos terreiros de candomblé em Itabuna, Bahia, destacando sua formação hierárquica, divisão do trabalho e gestão financeira. Foi baseado numa metodologia quali-quantitativa e pesquisa de campo realizada *in loco*. A hierarquia nos terreiros se mostrou linear, com a liderança no topo, seguida por vice-líderes, conselheiros e membros com funções específicas. A divisão do trabalho varia entre um modelo departamentalizado, presente em 67% dos templos, e um modelo comunitário, nos demais 33%. A gestão financeira é predominantemente realizada pela liderança em 67% dos terreiros, com uma diretoria específica em 33%. A sustentabilidade financeira ainda depende majoritariamente da liderança, embora haja iniciativas de mensalidades e aumento de doações. O apoio público é limitado, com apenas 44% dos terreiros recebendo algum tipo de assistência, e 33% tendo submetido projetos culturais. Os resultados indicam a necessidade de maior participação comunitária, inovação na captação de recursos e desenvolvimento de parcerias estratégicas para garantir a continuidade e o fortalecimento das práticas culturais e religiosas dos terreiros de candomblé. Este estudo oferece uma base para futuras pesquisas e ações voltadas à preservação e fortalecimento dessas instituições culturais em Itabuna.

Palavras chaves: candomblé; liderança e religião.

## 1. INTRODUÇÃO

A chegada dos africanos escravizados ao Brasil trouxe consigo uma série de conceitos e noções culturais que se enraizaram nos costumes do país. A alimentação, a fala e a vestimenta são partes extremamente visíveis desses costumes, ainda que não representem sua totalidade. Com o passar dos tempos e com a evolução comunitária dos negros escravizados, uma outra parte de sua cultura começou a tomar forma institucional, a religião.

O candomblé é uma religião brasileira de matriz africana, isto é, ele nasce em território brasileiro, mas remete às raízes africanas, aos princípios e deuses lá cultuados. O *kanduambele* (palavra originária do “candomblé”) existe desde a era do animismo, ainda que com diferenças óbvias de uma geração para a outra. Harari (2020) descreve o animismo como a crença de que tudo o que existe é dotado de fagulha divina e que, portanto, é possível existir conversas, diálogos e trocas de energia entre humanos, animais e vegetais. Esta é, afinal, uma dentre as principais características do culto candomblecista, a noção de que nós (humanos) somos parte igualmente importante da natureza, tanto quanto uma folha ou um animal.

A questão cultural do candomblé africano sempre foi extremamente forte e resistiu às mais distintas intempéries para que pudesse se instaurar no Brasil de maneira muito mais diversa que na própria África. No continente africano – leia a parte candomblecista da África, sobretudo o território bantu – cada tribo cultua a energia da natureza que lhe é conveniente, isto é, não há culto ao rio numa tribo do deserto, por exemplo. Nas delimitações brasileiras, todavia, centenas dessas tribos foram escravizadas e cada uma contribuiu para a sobrevivência de um culto diferente ou parte de um mesmo culto, e com a junção de todas essas informações, nasceu o candomblé.

O direito de adorar seus deuses, diferentemente do que acontecia em sua terra natal, não lhes foi concedido. Durante muito tempo muitos negros foram mortos por não aderir ao catolicismo, o candomblé foi taxado de culto satânico, estereótipo ainda remanescente nos dias atuais. Com a tentativa de ludibriar o homem branco e conduzir seus cultos secretamente, alguns negros começaram a associar divindades africanas aos santos católicos, transformando *Iansã* em Santa Bárbara e *Ogun* em São Jorge, por exemplo, e daí nasce o sincretismo que ainda perdura em nossa contemporaneidade.

Após o fim da escravidão e a falsa impressão de direitos respeitados, os negros tentaram cultuar seus deuses de forma aberta e trazer novamente à tona seus princípios e

valores, contudo, não funcionou exatamente como previsto. A revista Kâwé (2000) em entrevista com Pedro Farias (popularmente conhecido como “Pai Pedro”) fala sobre a perseguição que não foi encerrada junto com a abolição da escravatura e sobre a intimidação policial a dezenas de sacerdotes que foram conduzidos às delegacias por tentarem praticar sua religiosidade. Felizmente, mesmo com todos estes problemas, alguns terreiros que, à época da abolição (e alguns até anteriores), possuíam algum nível estrutural mais sofisticado, isto é, uma comunidade mais articulada (leia contato com gente de alto poder aquisitivo), conseguiram sobreviver. Estes terreiros hoje são conhecidos como casas matrizes e são geradores de quase todas as linhagens de candomblé do Brasil.

Daibert (2015) fala sobre a concentração dos africanos escravizados nos territórios de Minas Gerais e no Nordeste brasileiro, de modo que possibilita a identificação do porquê de quase todas as casas matrizes estarem situadas nessa região, especialmente em Salvador, na Bahia, e da forma como ocorreu a distribuição dos terreiros de candomblé até chegar no território Itabunense, o município onde este estudo foi realizado.

A influência dos costumes candomblecistas está para além da religiosidade, no vocabulário, por exemplo, temos questões como os calundus, o cafuné e o moleque. Já na culinária, existem pratos imensamente conhecidos, como o acarajé, o mugunzá (também conhecido como canjica) e o tão adorado caruru. Existem centenas de costumes africanos, sendo boa parte desses costumes hábitos religiosos que são incorporados diariamente na cultura brasileira, no entanto, ainda assim emerge a sensação de diminuição dos terreiros no município estudado e de contração dos costumes africanos de modo geral. Já não se veem as baianas de acarajé, os blocos carnavalescos e os sambas de roda com tanta frequência quanto se costumavam avistar.

Diante de toda a importância que essa cultura enseja e dessa sensação de atenuação, sobretudo dos terreiros de candomblé, manifesta-se a exigência de compreender a real situação desses templos religiosos e inquirir: qual é a forma de estruturação e gestão de uma casa de candomblé no município de Itabuna?

O objetivo principal deste estudo é explicitar o modo de organização interna e de coordenação de um terreiro de candomblé no município de Itabuna. Enquanto os objetivos específicos são: i. identificar a estrutura hierárquica; ii. compreender o modo de divisão do trabalho e; iii. averiguar a estrutura de gestão financeira.

Acredita-se que a hierarquia seja bem definida em todos os templos e que a divisão interna do trabalho seja feita de acordo com essa estrutura. No entanto, a gestão financeira não siga esse mesmo aspecto e, portanto, a coordenação seja eficaz em alguns pontos e ineficaz em outros.

De modo geral, a ausência de trabalhos acadêmicos em busca de compreensão socioeconômica acerca dessas instituições que transcendem a religiosidade e que perpetuam costumes e memórias negras ancestrais, enseja a discussão de modo mais aprofundado sobre o tema. Ainda que alguns trabalhos tenham discutido a temática sob outras égides das ciências humanas, o entendimento socioeconômico também se faz necessário.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 A cultura dos negros**

A cultura é um termo genérico utilizado para descrever diversas manifestações da humanidade. Alguns autores como Locke (1999) e Laraia (2001) defendem a noção de que o homem é resultado do seu habitat, isto é, o quociente resultante da divisão cultural, de modo que toda a produção, em qualquer caráter analisado, variará de acordo com a cultura do homem e da sociedade. Ao considerarmos e analisarmos a cultura africana enquanto matriarcal, em que o homem se preocupará com atividades brutas e a mulher irá gerir, administrar e coordenar questões não relacionadas à batalha e às atividades imanentemente masculinas e, enquanto cultura tribal, focada em florescer de modo conjunto e superar adversidades com união (HALEY, 1985), podemos então considerar a cultura negra africana como comunitária, voltada à família e a preservação da mulher. Como destacado na introdução, a cultura africana ancestral era animista, que de acordo com Harari (2020) concebe a noção de irmandade, de comunicação.

Uma vez compreendida a cultura mãe, podemos suscitar outras manifestações culturais que estão além de simples produções, como a própria cultura artística. As máscaras africanas, por exemplo, mais que objetos místicos e sagrados, representam, em alguns instantes, a conexão da arte entre o divino e o profano, de outro modo, demonstram o apreço às artes e a cultura de modo geral. De modo simples, podemos pensar a produção cultural de um povo sob as mais variadas perspectivas. Santos (2006) colocara a cultura como passível de percepção sob dois parâmetros:

A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação" ou então de grupos no interior de uma sociedade. Podemos assim falar na cultura francesa ou na cultura xavante. Do mesmo modo falamos na cultura camponesa ou então na cultura dos antigos astecas (SANTOS, 2006, p. 24).

Assim, a cultura é aquilo que define a existência de um povo. Dessa forma, podemos nos referir à cultura africana como uma cultura tribal, caracterizada por um forte senso matriarcal e um dogmatismo destacado, conforme as produções e caracterizações do povo. Da mesma maneira, a cultura dos ferreiros é marcada por habilidades físicas, uma significativa produção de artefatos de ferro, e a importância fundamental do ferro na cultura em geral, por exemplo. Já na segunda colocação, temos

que “[...] quando falamos em cultura estamos nos referindo mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social” (SANTOS, 2006, p. 24). Ou seja, não é possível separar as noções de conhecimento do povo ao qual elas pertencem. No entanto, ao focar nesse segundo aspecto, analisaremos não as características intrínsecas da sociedade, mas sim suas produções religiosas, as ideias que propagam, seus valores e o modo de transmissão do seu conhecimento. Um exemplo disso são os griots africanos, que por centenas de anos transmitiram seus conhecimentos oralmente de geração em geração (HALEY, 1985).

## 2.2 Economia da cultura

Explorar os caminhos da cultura em conjunto com a economia levanta questões que vão além de qualquer campo dogmático. Não é apropriado fazer uma falsa associação entre a cultura da economia e a economia da cultura; por isso, é necessário entender o que as distingue. Alguns teóricos afirmam que a economia da cultura é simplesmente a materialização de itens culturais organizados para se converterem em valores monetários, ou seja, serem vendidos. Isso reduz toda a importância cultural a uma simples transação comercial. No entanto, a observação de Reis sobre o tema é relevante:

[...] a economia da cultura se refere ao uso da lógica econômica e de sua metodologia no campo cultural. A economia passa assim a ser instrumental, emprestando seus alicerces de planejamento, eficiência, eficácia, estudo do comportamento humano e dos agentes do mercado para reforçar a coerência e a consecução dos objetivos traçados pela política pública. A economia não é normativa, ela não julga a legitimidade da política pública e não se propõe a definir quais seriam seus objetivos, mas se coloca a serviço da cultura para garantir que estes sejam atingidos (REIS, 2006, p. 23).

Por outro lado, a economia da cultura se posiciona para auxiliar a cultura na obtenção de seus objetivos, sejam eles definidos por políticas públicas ou não. Quanto à cultura da economia, observa-se que:

A cultura da economia estuda essencialmente a influência dos valores, crenças e hábitos culturais de uma sociedade em suas relações econômicas. Vista sob esse ângulo, a cultura é tida como fator de propulsão ou de resistência ao desenvolvimento econômico. É devido a essa premissa que nos deparamos com afirmações de que uma determinada sociedade é mais “talhada” para o progresso econômico, enquanto outra é “tradicional demais”

para admitir mudanças e inovações que conduzam ao desenvolvimento econômico (REIS, 2006, p. 20).

Ou seja, a cultura da economia é crucial para a compreensão e concepção da organização econômica, pois toda a vida em sociedade é, em algum ponto, influenciada pela cultura da economia. No entanto, nem todos os membros de uma mesma sociedade precisam compartilhar a mesma cultura, valores ou concepções econômicas presentes.

A compreensão da cultura da economia permite inspecionar a extensão da influência e o caminho que determinadas culturas levam suas sociedades. Uma mesma cultura pode ser benéfica ou prejudicial para a economia, dependendo do contexto em que está inserida. Reis (2006, p. 20) afirmou que:

Em primeiro lugar, um valor ou traço cultural tido como favorável ao desenvolvimento econômico pode ser-lhe prejudicial em outro contexto. É o caso da tendência a poupar da sociedade japonesa. Embora tenha sido fundamental para financiar a solidez da economia do país durante sua recuperação e expansão, hoje trava o consumo, desaquece o mercado e constitui um dificultador da retomada econômica.

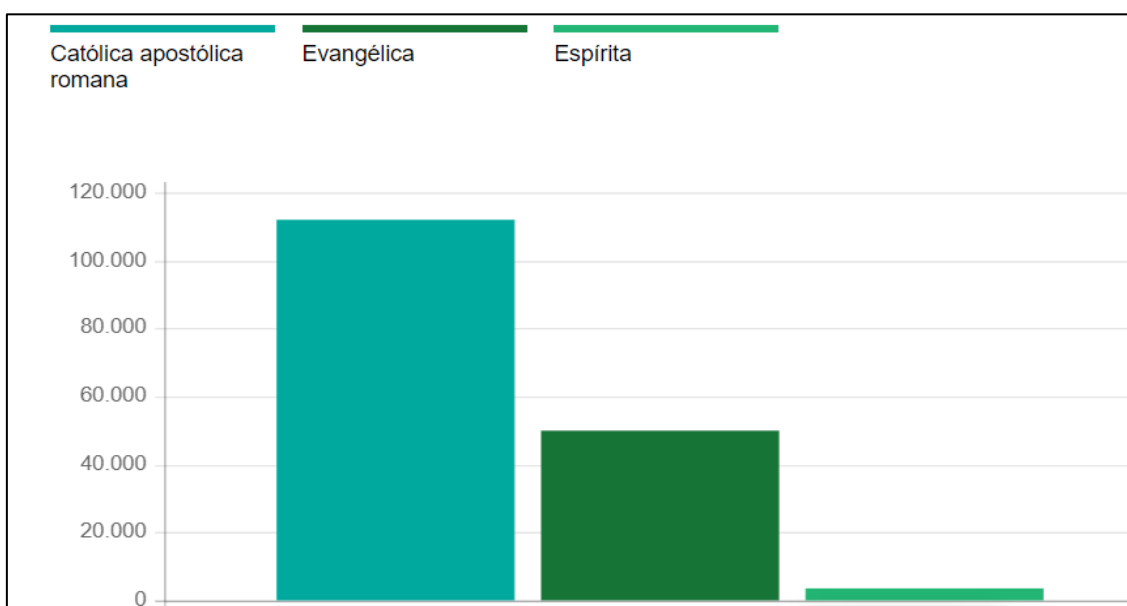
Outra perspectiva importante na discussão do setor cultural é a necessidade de trabalho intensivo. Segundo Reis (2006), a expertise do trabalho de Baumol e Bowen realizado em 1965, considerado o ponto de partida da economia da cultura, demonstrou que, enquanto em outros setores a adição de tecnologia reduzia os custos, o setor cultural é amplamente dependente de mão de obra intensiva.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 Área de estudo

A pesquisa foi conduzida na cidade de Itabuna, situada na região sul do estado da Bahia. Conforme o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem uma população de 204.667 habitantes, sendo o sexto mais populoso da Bahia, com uma densidade demográfica de 473,5 pessoas por quilômetro quadrado, um produto interno bruto (PIB) per capita de R\$ 19.619,07 e um índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,712, o quinto maior IDHM do estado, juntamente com a cidade de Teixeira de Freitas. Em relação à análise visada neste estudo, uma importante visão sobre as religiões praticadas no município é apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Figura 1:

Figura 1 - População residente por religião no município de Itabuna



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010.

Ao analisar a Figura 1, nota-se que no município de Itabuna a quantidade de adeptos da religião candomblecista é inexistente ou muito reduzida, embora a presença de templos religiosos seja perceptível.



### 3.2 A pesquisa e o método

Este artigo foi produzido a partir da monografia elaborada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Santa Cruz, a qual foi submetida ao comitê de ética em pesquisa e foi realizada através da aplicação de formulário via entrevista padronizada com 68% dos terreiros de candomblé do município de Itabuna. Para servir como base e orientação desta pesquisa, foram utilizados dois métodos analíticos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa descritiva. Rampazzo (2013) discute o método bibliográfico como sendo essencial para qualquer tipo de estudo realizado, seja como suporte teórico, justificativa de delimitação, investigação das questões propostas ou simplesmente como uma contribuição para o trabalho. Ele também afirma que “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas etc.)” (RAMPAZZO, 2013, p. 52). Neste trabalho específico, o método bibliográfico foi utilizado para fundamentar a introdução, a revisão de literatura e a própria metodologia.

Em relação à pesquisa descritiva, “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador” (RAMPAZZO, 2013, p. 53). Segundo Rampazzo (2013), o método descritivo é empregado para identificar as frequências, similaridades, peculiaridades e propriedades de um fenômeno. Simultaneamente, é possível que diversos observadores diferentes vejam um mesmo fato como fenômenos distintos. Rampazzo (2013) observa que o fato existe independentemente de ser observado, como uma manifestação natural, enquanto que o fenômeno é a interpretação de alguém sobre o fato ocorrido, podendo variar de acordo com a especialidade, estudo ou descrição do observador.

De acordo com Rampazzo (2013), existem cinco tipos de pesquisa descritiva: o estudo exploratório, que é uma pesquisa inicial recomendada em casos onde se conhece pouco ou nada sobre o assunto; o estudo descritivo, que apresenta a natureza, especificidades e relações do objeto de pesquisa; a pesquisa de opinião, que busca entender as inclinações e visões dos pesquisados; a pesquisa de motivação, que tenta compreender as razões por trás das atitudes e preferências; e o estudo de caso, que é direcionado a casos e grupos específicos. As etapas da pesquisa podem ser observadas na Figura 1:

Figura 1 - Fluxograma de pesquisa



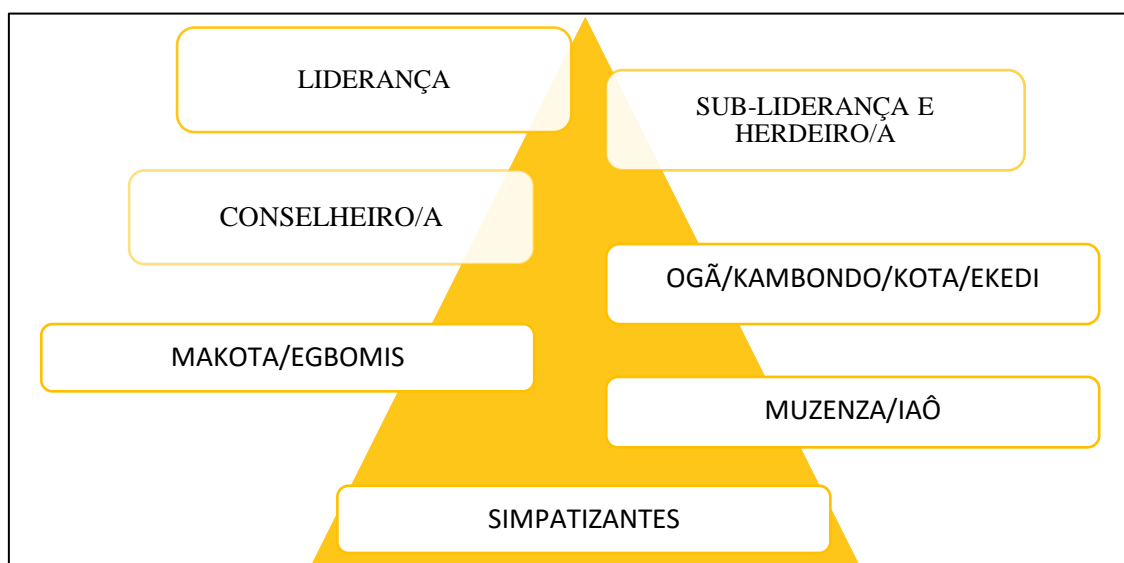
Fonte: elaboração do autor.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Hierarquia dos templos

No que tange à estrutura hierárquica, administrativa, funcional e financeira dos templos, as Figuras apresentadas abaixo proporcionaram uma compreensão da situação atual e, conseqüentemente, do modo de operação mais destacado. A hierarquia dos terreiros, em geral, possui uma estrutura linear utilizada em todos os templos, onde a liderança está no topo, seguida pela vice-liderança e/ou pelo/a herdeiro/a, depois vêm os conselheiros e as conselheiras dos terreiros, em seguida estão organizados de forma semelhante os Ogãs/Kambandos, Makota/Ekedis e os/as Egbomis/Makota (para o povo Angola-Congo, não há uma designação específica para as senhoras que cuidam das energias, como no caso das Ekedis, usa-se a nomenclatura “Makota”, que é o plural de “Kota” e significa mais velho, tanto para o Muzenza que completou sete anos quanto para as senhoras que ocupam posição semelhante às Ekedis do povo Yorubá). Logo após vêm os iniciados que entram em transe e que não completaram os sete anos, os Iaôs/Muzenza e, finalmente, os simpatizantes/não-iniciados. A Figura 2 apresenta uma representação visual dessa estrutura.

Figura 2 – Estrutura hierárquica dos terreiros de candomblé, do município de Itabuna, Bahia, 2023

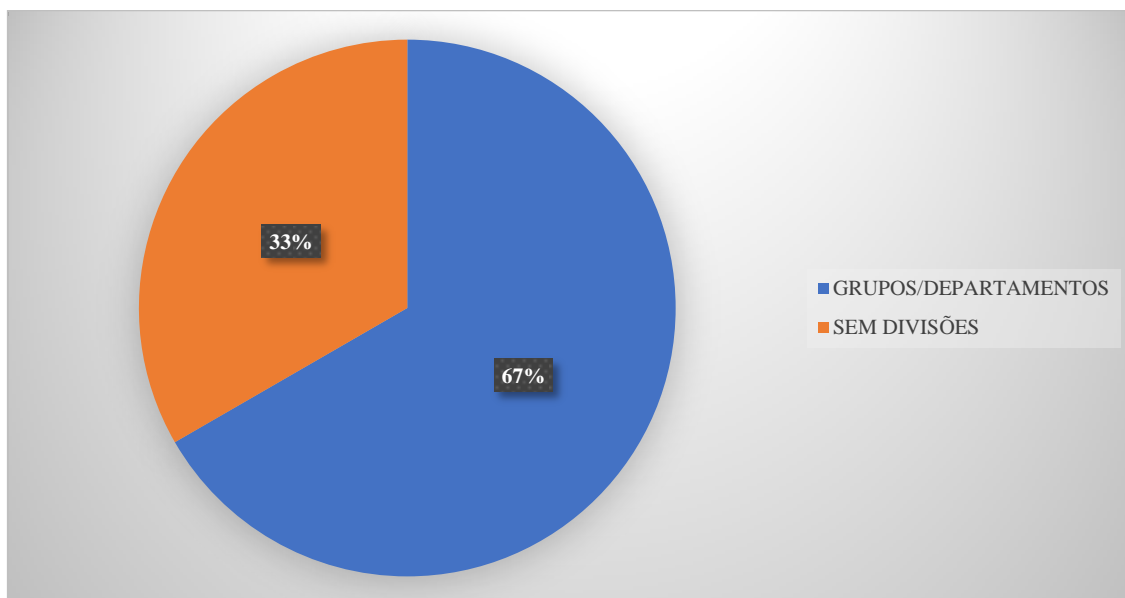


Fonte: produção do autor.

## 4.2 Divisão do trabalho

No que diz respeito à produção e execução das atividades internas dos terreiros, conforme a Figura 3, observa-se que em aproximadamente 67% dos templos, a produção é realizada de maneira departamentalizada, seguindo um modelo funcional. Ou seja, existem departamentos ou grupos específicos encarregados de produzir e executar atividades semelhantes, como a ornamentação, a culinária, os reparos necessários, entre outros. Nos demais 33%, toda a comunidade institucional participa da produção e execução de todas as atividades, sem qualquer divisão, especificação ou delimitação.

Figura 3 – Divisão das produções internas dos terreiros de candomblé do município de Itabuna, Bahia, 2023

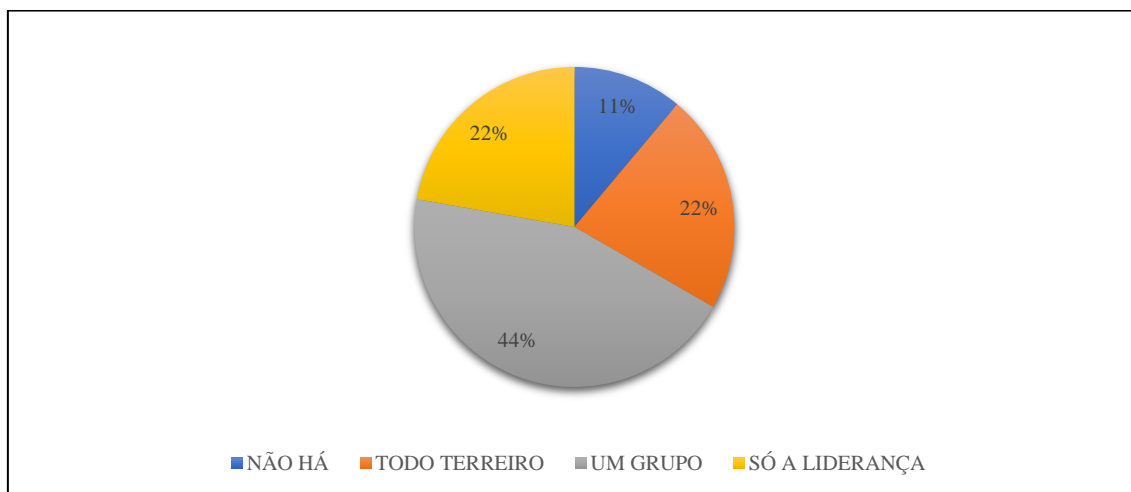


Fonte: produção do autor.

Entretanto, a produção e execução das atividades realizadas diretamente na comunidade, ou seja, fora do espaço interno dos terreiros, diferem daquelas feitas no interior. Conforme mostrado na Figura 4, em aproximadamente 44% dos templos, essas atividades são produzidas e executadas por um grupo específico de membros, enquanto em 22% elas são desenvolvidas por todos. Contudo, em 11% dos terreiros, não há atividades planejadas para além de seu próprio espaço, e em 22%, apenas a liderança

executa alguma ação no entorno, às vezes em nome do terreiro, outras vezes por iniciativa própria como cidadã.

Figura 4 – Distribuição interna das atividades desenvolvidas na comunidade pelos terreiros de candomblé do município de Itabuna, Bahia, 2023



Fonte: produção do autor.

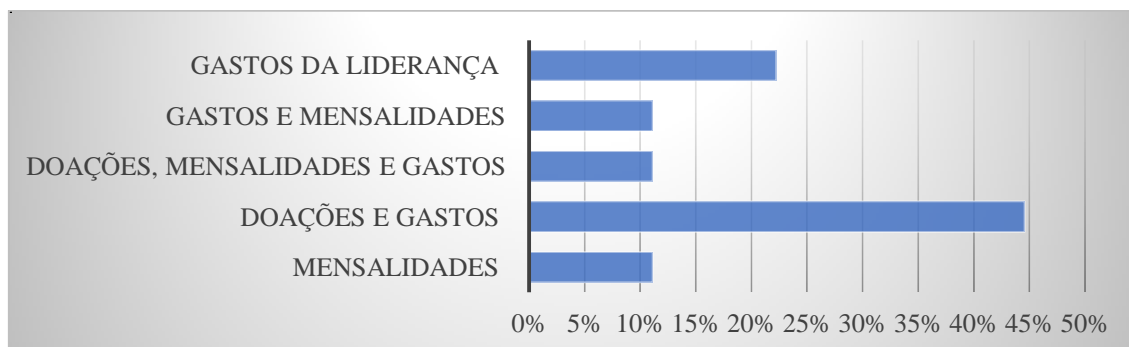
#### 4.3 Estrutura financeira

A respeito da estrutura interna dos terreiros, em 67% deles, a gestão financeira é conduzida pela própria liderança, enquanto em 33% há uma diretoria encarregada dessa função. Contudo, somente em 22% dos terreiros que possuem uma diretoria financeira, também existe uma diretoria para produção, projetos, entre outros. Nos demais templos, cerca de 78%, todos costumam se organizar conforme orientado pelo responsável institucional. O mesmo padrão é observado no acompanhamento de um profissional financeiro e/ou administrativo: a presença desse profissional é encontrada apenas em 22% dos templos, enquanto em 78% não há contato com nenhum membro desse setor.

No que diz respeito à sustentação financeira, não apenas para os eventos, mas também para a manutenção do terreiro, os dados revelaram que grande parte dos custos ainda é suportada pela própria liderança, porém alguns terreiros já estão implementando modelos comunitários de mensalidades, aumentando a frequência das doações e até recebendo algum tipo de apoio esporádico. Conforme evidenciado na Figura 5, cerca de

89% dos templos ainda dependem dos recursos providos pela liderança, em 33% há a adoção de mensalidades, e em 44% já ocorrem doações com maior regularidade. Entretanto, não há registros de parcerias público-privadas ou qualquer tipo de apoio de outros órgãos para a manutenção e conservação do espaço e da estrutura

Figura 5 – Modo de manutenção dos terreiros de candomblé do município de Itabuna, Bahia, 2023

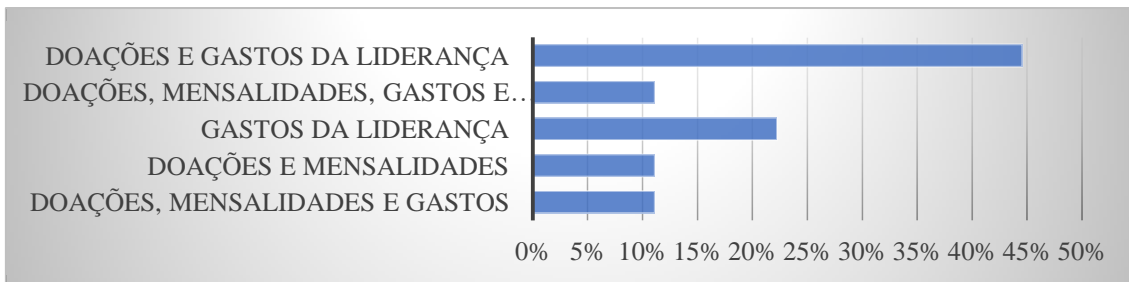


Fonte: produção do autor.

Quanto ao custo de manutenção mensal dos terreiros, 22% não foram capazes de fornecer informações, e a média de custo dos restantes 78% dos templos foi de aproximadamente R\$ 2.967,14. No entanto, isso não implica necessariamente um gasto mensal equivalente a esse valor, pois alguns terreiros possuem uma área e estrutura interna maiores, o que sugere um custo de manutenção mais elevado.

Em relação à preparação financeira das atividades, como pode ser visto na Figura 6, já há uma maior participação dos membros por meio de suas doações em cerca de 78% dos centros religiosos, e em 11% dos terreiros, há também a presença de apoio privado. Contudo, a liderança continua arcando com os gastos em 89% dos templos, enquanto a mensalidade é adotada em 33%.

Figura 6 – Preparação e arrecadação financeira para as celebrações dos terreiros de candomblé do município de Itabuna, Bahia, 2023



Fonte: produção do autor.

No que tange verbas públicas ou apresentação de projetos culturais, 56% dos templos nunca receberam qualquer tipo de apoio público, enquanto 44% já receberam não apenas fundos financeiros, mas também cestas básicas e outras formas de assistência (embora apenas 11% permaneçam nesta categoria). Quanto à submissão de projetos, somente 33% dos templos já submeteram algum trabalho, alguns foram contemplados, outros não. Os restantes 67% ou não têm conhecimento sobre a elaboração de projetos e as questões tecnológicas necessárias para a submissão, ou não têm interesse ou disponibilidade mental para lidar com essas questões mais burocráticas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados apresentados neste estudo oferece uma visão abrangente sobre a estrutura, funcionamento e desafios enfrentados pelos terreiros de candomblé no município de Itabuna, Bahia. Os dados revelam a complexidade e a riqueza da organização interna desses templos, destacando aspectos hierárquicos, administrativos, funcionais e financeiros.

A estrutura hierárquica dos terreiros de candomblé em Itabuna segue um modelo linear bem definido, com a liderança ocupando o topo, seguida por vice-líderes, conselheiros, e outros membros com funções específicas como Ogãs, Makota/Ekedis e Egbomis. Este arranjo hierárquico reflete a importância da ordem e do respeito às tradições dentro dessas comunidades, garantindo a continuidade das práticas religiosas e culturais. A Figura 2, que representa visualmente essa estrutura, facilita a compreensão das dinâmicas internas e das relações de poder e responsabilidade entre os membros dos terreiros.

A divisão do trabalho dentro dos terreiros de candomblé mostra uma interessante variação entre um modelo departamentalizado e um modelo mais comunitário. Em cerca de 67% dos templos, as atividades são executadas por departamentos específicos, enquanto nos demais 33%, a produção é coletiva, sem divisões formais. Este aspecto é crucial para a eficiência e a eficácia na realização das tarefas diárias e nos preparativos para as cerimônias, conforme ilustrado na Figura 3.

Além disso, a execução de atividades externas à comunidade dos terreiros varia significativamente. Em 44% dos templos, grupos específicos são responsáveis por essas atividades, enquanto em outros 22%, toda a comunidade participa. A falta de planejamento externo em 11% dos terreiros e a execução exclusiva pela liderança em outros 22% destacam a diversidade de abordagens em relação ao engajamento com a comunidade externa (Figura 4).

A gestão financeira dos terreiros apresenta um cenário onde a liderança tem um papel predominante. Em 67% dos templos, a administração financeira é responsabilidade da liderança, e em 33% existe uma diretoria específica para essa função. A presença de um profissional financeiro é limitada, aparecendo em apenas 22% dos casos, o que aponta para uma possível área de melhoria na gestão dos recursos.

A sustentabilidade financeira dos terreiros é um desafio contínuo. Grande parte dos custos é suportada pela liderança, com algumas iniciativas comunitárias começando



a emergir, como a implementação de mensalidades e aumento nas doações. A Figura 5 mostra que 89% dos templos ainda dependem dos recursos da liderança, 33% adotaram mensalidades e 44% recebem doações regulares. Entretanto, a ausência de parcerias público-privadas e apoios externos destaca a vulnerabilidade financeira dessas instituições.

Os custos mensais de manutenção dos terreiros variam, com uma média de R\$ 2.967,14 para os templos que forneceram informações. A preparação financeira para as celebrações religiosas também depende em grande parte das doações dos membros (78%) e do apoio privado em alguns casos (11%), conforme ilustrado na Figura 6.

O apoio público e a submissão de projetos culturais são áreas onde os terreiros de candomblé ainda enfrentam grandes desafios. Apenas 44% dos templos receberam algum tipo de apoio público, enquanto 56% nunca receberam assistência. A submissão de projetos é limitada, com apenas 33% dos templos tendo submetido algum trabalho. A falta de conhecimento sobre elaboração de projetos e questões tecnológicas, além da indisponibilidade para lidar com burocracias, são barreiras significativas para muitos desses templos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAIBERT, R. A religião dos bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2015, v. 28, n°55, p. 7-25, abril, 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/eh/a/hgxBJQTRjZLHVHcF7Jpf4bw/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: out.2022.

HALEY, A. **Negras raízes**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985. 650p.

HARARI, N. Y. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 51. ed. Porto Alegre: L&PM, 2020. 464p.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Itabuna, 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itabuna/panorama>>. Acesso em: dez.2022.

LARAIA, R. D. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 120p.

LOCKE, J. **Um ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 319p.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2013. 154p

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. São Paulo: Manole, 2006. 235p.

**Revista Kàwé**, entrevista pai Pedro. Ilhéus: Editus, 2000, p. 21-31.

SANTOS, J. L. D. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 91p.